

Sumário

ABREVIATURAS	15
APRESENTAÇÃO	19
Das origens ao Concílio de Trento	20
De Trento ao Vaticano I	20
Do Vaticano I à década de 1950	21
O Concílio Vaticano II e sua repercussão	22
PRIMEIRA FASE	
DAS ORIGENS AO CONCÍLIO DE TRENTO	
APOLOGIA DA FÉ E MÉTODO DO DISCURSO DOGMÁTICO	
Capítulo I	
APOLOGIA DA FÉ E DISCURSO CRISTÃO NA ÉPOCA PATRÍSTICA	25
O testemunho do Novo Testamento	26
I. A APOLOGIA DA FÉ	27
1. A justificação da fé nos séculos II e III	27
A apologia bíblica da fé perante os judeus	28
A apologia racional da fé perante os pagãos	30
A prova da fé perante os hereges	35
2. A justificação da fé na Igreja sob Constantino	39
A persistência do discurso apologético <i>ad extra</i>	39
Entre os Padres gregos: da apologia à interpretação da fé, a partir dela mesma	41
Agostinho e A Cidade de Deus	42
II. NORMAS E METODOLOGIA DA DEMONSTRAÇÃO DA FÉ	44
1. Os três primeiros séculos antes de Nicéia	44
A fé católica recebida dos Apóstolos	45
A função reguladora do episcopado	46
Da colegialidade episcopal aos sínodos locais	46
2. Lógica e método do discurso da fé no século IV, no Oriente	47
O ponto de partida e a ocasião: a contestação da fé na Igreja da época ...	48
Primeiro tempo: a confissão eclesial da fé recebida da tradição batismal	48

Segundo tempo: o apelo às Escrituras	51
Terceiro tempo: recurso à razão e elaboração da linguagem	54
Quarto tempo: emergência do apelo aos pilares da tradição	55
Tempo conclusivo: a decisão conciliar	56
3. Agostinho e os latinos: das autoridades às razões	57
Novo questionamento cultural da razão	57
Primeiro tempo: o apelo às autoridades	57
Segundo tempo: o apelo às razões	58
O juízo de Tomás de Aquino sobre Santo Agostinho	59
III. A AUTORIDADE DOGMÁTICA DOS CONCÍLIOS	60
1. O conceito de dogma	60
2. Os Concílios Ecumênicos	62
A atividade conciliar	63
O anátema	65
Da aceitação de fato à autoridade de direito	66
A autoridade do bispo de Roma	66
Capítulo II	
EXPOSIÇÃO DA FÉ E APOLOGIA NA IDADE MÉDIA	69
I. O TEMPO DA ESCOLÁSTICA: QUESTÕES E RAZÕES	71
1. Novo contexto cultural: das escolas às universidades	71
2. Novos métodos teológicos	72
Da <i>lectio</i> às “sentenças”	73
A <i>quaestio</i>	74
A metodologia da <i>quaestio</i>	75
A <i>disputatio</i>	76
A “ordem da doutrina” e as <i>Sumas teológicas</i>	76
3. A busca de nova inteligibilidade: rumo à teologia como ciência ...	77
As “razões necessárias” em Anselmo de Cantuária	77
O uso da dialética no século XII	79
A teologia como ciência no século XIII	79
Filosofia e teologia	81
4. A regulação da fé na Idade Média	84
Os dogmas e os artigos da fé	85
Os conceitos de fé e de heresia	86
Os dois “magistérios”	87
O apelo às autoridades	89
A autoridade dos concílios	90
A autoridade doutrinal do papa	93
II. O EXAME DE NOVOS CONTEÚDOS DOUTRINÁRIOS	95
1. O conhecimento de Deus	96
2. A Revelação	98
3. A Teologia da Fé	101

III. A APOLOGIA DA FÉ E O DISCURSO CONTRA OS HEREGES E OS GENTIOS	105
1. Os primeiros esboços de uma apologia da fé	105
2. A Idade Média e os seus hereges	108
Heresias medievais	108
A Inquisição	109
Discursos e censuras contra os hereges	111
3. Os “gentios” da Idade Média	112
4. Os Judeus e os Muçulmanos. As Missões	113

SEGUNDA FASE

DE TRENTO AO VATICANO I: UM NOVO TEMPO PARA A TEOLOGIA DA APOLOGÉTICA À EMERGÊNCIA DO “MAGISTÉRIO VIVO”

Capítulo III	
ESCRITURAS, TRADIÇÕES E DOGMAS NO CONCÍLIO DE TRENTO	117
I. A RECEPÇÃO DO SÍMBOLO DE FÉ	117
O Símbolo “único e sólido fundamento”	118
II. A RECEPÇÃO DOS LIVROS SANTOS E DAS TRADIÇÕES	118
1. A contestação da Reforma: o princípio escriturístico	119
2. O decreto “sacrosancta” (4ª sessão)	121
O Evangelho, fonte única de verdade e vida	121
Os dois espaços de atestação do Evangelho	124
Seu acolhimento igual pelo Concílio	125
A lista dos Livros Sagrados	128
Reflexões finais do Concílio	129
Balanço	129
3. O decreto sobre a vulgata	130
III. OS CONCEITOS DOGMÁTICOS EM TRENTO	131
1. Fé e heresia	132
A intenção doutrinal do Concílio à luz das introduções dos decretos	133
2. Dogmas, “definições” e cânones com anátema	136
Discussões reveladoras em torno do projeto de um cânon	137
O cânon 7º sobre o matrimônio	138
3. “A fé e os costumes”	139
4. A autoridade dogmática do Concílio de Trento	140
IV. MELCHIOR CANO E OS LUGARES TEOLÓGICOS	142
1. Os dez “lugares teológicos”	142
2. A virada teológica iniciada por M. Cano	147
Capítulo IV	
DOGMA E TEOLOGIA NOS TEMPOS MODERNOS	149
I. O TRIDENTINISMO DOUTRINÁRIO NOS SÉCULOS XVII E XVIII	150
1. Surgimento do “magistério vivo”	150

O papel do magistério romano	151
O desenvolvimento da idéia da infalibilidade	152
2. Interpretação teológica do Concílio de Trento	156
A teologia de controvérsia	157
A interpretação dominante do decreto sobre as Escrituras e as tradições	157
Uma contra-corrente minoritária	159
A propósito do cânon 7º sobre o matrimônio	160
Uma hermenêutica retroativa	160
II. A FÉ ÀS VOLTAS COM A RAZÃO ILUMINISTA	161
1. Novo contexto cultural	162
A autonomia da razão no século XVII	162
O século XVIII, século das Luzes (Aufklärung)	165
A religião nos limites da simples razão	166
Do Iluminismo à morte de Deus, no século XIX	167
2. Ciência teológica e apologética na modernidade	169
“Exegese” e teologia positiva	169
A apologética dos “pensamentos” de Pascal	170
Genealogia da apologética clássica	171
A apologética romântica	172
3. Teologia natural e revelação sobrenatural	173
4. A doutrina do ato de fé	175
Teses laxistas sobre o ato de fé	175
O racionalismo de Hermes	177
O fideísmo de Bautain	179
III. EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DOGMÁTICOS E NASCIMENTO	
DO “MAGISTÉRIO” MODERNO NO SÉCULO XIX	180
1. Dogma, encíclicas e magistério	180
A nova definição do “dogma”	181
O aparecimento do conceito de “magistério”	182
O nascimento das encíclicas	183
Da tradição ao magistério	184
2. A evolução da teologia	186
O novo estatuto da teologia acadêmica	186
O sucesso do Denzinger	186
O uso das notas teológicas	188

TERCEIRA FASE

DO VATICANO I A 1950: REVELAÇÃO, FÉ E RAZÃO, INSPIRAÇÃO, DOGMA E MAGISTÉRIO INFALÍVEL

Capítulo V	
A DOGMATIZAÇÃO PROGRESSIVA DOS FUNDAMENTOS DA FÉ	193
I. DO CONTEÚDO DA FÉ À SUA FORMA	194
1. O iluminismo insatisfeito	195

2. Os fundamentos da sociedade humana ameaçados	197
3. A dogmatização dos fundamentos da fé	198
II. O CONTEXTO HISTÓRICO TORNA-SE “LUGAR TEOLÓGICO”	200
1. O contexto histórico	201
2. A história como genealogia dos erros modernos	203
3. Consciência histórica e história do dogma	205
III. O CONCÍLIO VATICANO I E SUAS CONSTITUIÇÕES	207
1. Convocação, preparação e desenvolvimento	208
2. As duas constituições do Vaticano I	210
3. Os dois finais de um concílio inacabado	211
4. O após Concílio: a série de crises	214
Capítulo VI	
A CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA <i>DEI FILIUS</i> DO CONCÍLIO VATICANO I	217
I. O PRÓLOGO OU A GENEALOGIA DO SISTEMA	218
1. O “método da Providência”	218
2. O julgamento da modernidade	219
3. A Igreja, “mãe e mestra dos povos”	222
II. O CAPÍTULO 1: DEUS CRIADOR DE TODAS AS COISAS	223
1. Existência e essência de Deus	223
2. A doutrina da criação	226
3. A doutrina da Providência	227
III. O CAPÍTULO 2: A REVELAÇÃO	228
1. O conhecimento natural de Deus	229
2. A revelação sobrenatural	231
3. A dupla necessidade da revelação sobrenatural	232
4. O lugar da revelação: Escrituras e tradições	235
5. A inspiração dos Livros Sagrados	236
6. Da Escritura e da Tradição ao magistério eclesial	237
IV. O CAPÍTULO 3: A FÉ	238
1. A estrutura da fé	238
Ponto de partida: a dependência do homem para com Deus	238
Primeira definição da fé	239
A fé, obséquio racional do homem a Deus	242
Os motivos de credibilidade: profecias e milagres	243
A fé, obra do Espírito	244
2. O papel da Igreja no ato de fé	245
A forma dogmática do conteúdo da fé	245
A obrigação de crer	247
V. O CAPÍTULO 4: A FÉ E A RAZÃO	251
1. Dois ordens de conhecimento	251
2. Possibilidades e limites da teologia	253

3. A impossível contradição entre razão e fé	254
4. A interação fé e razão	255
5. Verdade da fé e dogmas da Igreja	256
VI. RECEPÇÃO E AVALIAÇÃO DOGMÁTICA	257
Capítulo VII	
“PASTOR AETERNUS”. PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA DO CONCÍLIO VATICANO I SOBRE A IGREJA DE CRISTO	259
I. ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO	260
1. A composição do texto	260
2. Os três primeiros capítulos	262
II. O CAPÍTULO 4: O MAGISTÉRIO INFALÍVEL DO PONTÍFICE ROMANO	265
1. Quatro pontos principais do debate	266
2. O argumento de tradição	267
3. Infalibilidade pontificia e consenso da Igreja	269
4. “Eficácia salutar” e “carisma de verdade”	273
5. A definição propriamente dita	274
História da redação	274
O sujeito da infalibilidade	275
A finalidade da infalibilidade	276
O objeto da infalibilidade	277
O último acréscimo	278
III. RECEPÇÃO E AVALIAÇÃO DOGMÁTICA	279
1. O período pós-conciliar	279
2. A recepção a longo prazo	280
Capítulo VIII	
“A QUESTÃO BÍBLICA”: DA DOUTRINA DA <i>PROVIDENTISSIMUS DEUS</i> À RECEPÇÃO DA EXEGESE HISTÓRICO-CRÍTICA PELA <i>DIVINO AFFLANTE SPIRITU</i>	283
I. A PRÉ-HISTÓRIA DA QUESTÃO BÍBLICA	284
1. Hermenêutica geral e hermenêutica especial	284
2. O método histórico	285
3. Separação entre a exegese dos dois testamentos	287
4. O aspecto teológico-político da exegese histórico-crítica	287
5. Uma complexa geografia de posições	288
II. DECISÕES DO MAGISTÉRIO ROMANO NO SÉCULO XIX	289
1. A doutrina bíblica da <i>Providentissimus Deus</i>	289
A perspectiva espiritual	291
A perspectiva dogmática	291
A perspectiva apologética	292
2. A exegese entre hermenêutica e teologia bíblica	295
O debate apologético	295
Teologia bíblica e questão hermenêutica	297

A superação do paradigma liberal	300
III. O MAGISTÉRIO ROMANO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	303
1. A doutrina bíblica da <i>Spiritus Paraclitus</i>	303
2. O aparecimento do texto e sua interpretação teológica	305
A complexidade do sentido literal	305
Do sentido literal ao sentido pleno ou ao sentido espiritual	306
3. A doutrina bíblica da <i>Divino afflante Spiritu</i>	308
As regras da hermenêutica bíblica	309
Conclusão	312
Capítulo IX	
“O QUE É UM DOGMA?” A CRISE MODERNISTA E SUAS REPERCUSSÕES NO SISTEMA DOUTRINAL DO CATOLICISMO	313
I. A HISTÓRIA DOS DOGMAS	315
1. Adolf Von Harnack	316
2. Joseph Tixeront	319
3. Ernst Troeltsch	321
II. QUESTÕES DE TEOLOGIA FUNDAMENTAL	325
1. O problema epistemológico	325
2. Revelação e dogma	329
3. A teoria do desenvolvimento	334
4. O que é dogma?	336
III. AS INTERVENÇÕES DO MAGISTÉRIO ROMANO	338
1. “Retrato-falado” do modernista	338
2. Os destinatários	341
3. Cultura católica e sociedade moderna	342
4. Conclusão	343
Capítulo X	
A RAZÃO E A SOCIEDADE, DA CANONIZAÇÃO DO TOMISMO À AFIRMAÇÃO DO FUNDAMENTO DIVINO DO DIREITO	345
I. A ENCÍCLICA <i>AETERNI PATRIS</i>	347
1. O princípio	348
2. A história da filosofia e o Doutor Angélico	349
3. Avaliação	351
II. FILOSOFIA CRISTÃ E FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE	353
1. A visão leonina de uma ordem global	354
2. A “questão social” e a teologia fundamental	357
3. A “terceira fase” da crise modernista	359
III. DIFÍCIL RECONHECIMENTO DOUTRINAL DA DIMENSÃO PROFANA DA HISTÓRIA	361
1. Presença na história	362
2. Cristo rei	364
3. O direito natural	365

Capítulo XI	
A ENCÍCLICA <i>HUMANI GENERIS</i> (1950) OU O FIM DE UMA ÉPOCA DE DOGMATIZAÇÃO FUNDAMENTAL	369
I. RENOVAÇÃO TEOLÓGICA	369
1. As escolas de teologia	370
2. A ligação com outros movimentos de renovação	372
3. Medidas disciplinares	373
II. A ENCÍCLICA <i>HUMANI GENERIS</i>	374
1. A estrutura do sistema	376
2. O papel do magistério	378
3. Questões particulares	380
4. Avaliação	381
5. Transição: fim e começo	382

QUARTA FASE
O CONCÍLIO VATICANO II E SEUS RESULTADOS

Capítulo XII	
O CONCÍLIO E A “FORMA PASTORAL” DA DOCTRINA	387
I. A ABERTURA	390
1. Um espírito novo	390
2. A doutrina cristã	391
3. A unidade de todos os cristãos e da família humana	394
II. AS QUATRO SESSÕES DO CONCÍLIO	394
1. 1ª sessão (11 de outubro — 8 de dezembro de 1962)	394
2. A direção do Concílio por Paulo VI	396
3. As três últimas sessões do Concílio	398
III. A ESTRUTURA POLICÊNTRICA DO <i>CORPUS</i> CONCILIAR	400
1. A estruturação progressiva do <i>corpus</i>	401
2. Problemas de interpretação	403
IV. O EIXO FUNDAMENTAL	406
1. “Hierarquia das verdades” e “proclamação adequada da palavra revelada” .	407
2. Um magistério de perfil eminentemente pastoral	410
3. A relação da Igreja com os outros e a sua concepção do homem ...	416
Capítulo XIII	
A COMUNICAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS: <i>DEI VERBUM</i>	419
Histórico da redação do documento	419
I. A REVELAÇÃO EM SI MESMA (CAP. 1)	423
1. O preâmbulo (nº 1)	423
2. A revelação: Deus conversa com seus amigos (nº 2)	424
3. A revelação é uma longa história (nº 3)	426
4. A revelação que se completa em Cristo (nº 4)	428

5. A fé, resposta do homem à revelação (nº 5)	431
6. Uma volta ao Vaticano I (nº 6)	433
7. Conclusão	434
II. A TRANSMISSÃO DA REVELAÇÃO DIVINA (CAP. 2)	435
1. Os apóstolos e seus sucessores, arautos do evangelho (nº 7)	435
2. A sagrada tradição (nº 8)	438
3. A relação mútua entre Tradição e Escritura (nº 9)	440
4. A relação da Escritura e da Tradição com a Igreja e o magistério (nº 10)	442
III. A SAGRADA ESCRITURA, TESTEMUNHO DA REVELAÇÃO (CAP. 3 – 6)	443
1. Da inspiração à interpretação da Escritura (Cap. 3)	443
A inspiração da Escritura (nº 11)	443
A “verdade” das Escrituras	444
A interpretação da Escritura (nº 12)	445
A condescendência divina (nº 13)	446
2. A doutrina cristã do Antigo Testamento (Cap. 4)	447
Da economia da salvação aos livros (nº 14)	447
A preparação da vinda de Cristo (nº 15)	448
O Antigo e o Novo Testamento (nº 16)	448
3. A doutrina do Novo Testamento (Cap. 5)	448
A revelação como acontecimento consumado em Jesus Cristo (nº 17) ...	449
A apostolicidade dos quatro Evangelhos (nº 18)	449
A historicidade de um gênero literário querigmático (nº 19)	450
4. A Escritura na vida da Igreja (Cap. 6)	451
As duas mesas do pão: a Palavra e a Eucaristia (nº 21)	451
O acesso às Escrituras: as traduções (nº 22)	452
A tarefa dos exegetas e dos teólogos (nº 23-24)	453
A Escritura no ministério da Palavra (nº 25-26)	454
5. Uma recepção em curso	454
Capítulo XIV	
A IGREJA CATÓLICA E “OS OUTROS”:	
A LIBERDADE RELIGIOSA E AS RELIGIÕES NÃO CRISTÃS	457
I. A DECLARAÇÃO <i>DIGNITATIS HUMANAE</i> SOBRE A LIBERDADE RELIGIOSA	458
1. As etapas da redação	459
Do documento de Friburgo à primeira redação conciliar	459
A segunda e a terceira redação conciliar	462
As três últimas redações	463
2. A busca do argumento decisivo	464
3. “Doutrina geral sobre a liberdade religiosa”	465
A verdadeira religião “subsiste” na religião católica	465
Natureza da liberdade religiosa: dupla imunidade	466
O argumento da verdade	467

O argumento da lei divina	468
O argumento político	469
4. “A liberdade religiosa à luz da revelação”	469
Os dados da Escritura e da teologia	470
A liberdade do ato de fé	470
A conduta de Cristo e dos apóstolos	471
O testemunho e a liberdade da Igreja	471
5. As conseqüências da Declaração	472
II. A DECLARAÇÃO <i>NOSTRA AETATE</i> SOBRE AS RELIGIÕES NÃO CRISTÃS	473
1. A gênese do documento	474
Do judaísmo ao conjunto das religiões não cristãs	475
Uma redação extremamente cuidadosa. Esquemas II-IV	477
2. As grandes asserções da Declaração	479
A única comunidade humana (nº 1)	480
As religiões no mundo (nº 2)	481
A religião muçulmana (nº 3)	482
A religião judaica (nº 4)	483
3. As conseqüências da Declaração	487
Uma atitude de conversão	487
Após a Declaração	488
Capítulo XV	
A “RECEPÇÃO” DO VATICANO II	491
I. O TEMPO DA RECEPÇÃO	493
1. “Recepção querigmática” e “recepção prática”	493
2. Tentativa de definição e periodização	495
II. QUESTÕES DE TEOLOGIA FUNDAMENTAL	497
1. A declaração <i>Mysterium ecclesiae</i> (1973)	497
2. “Profissão de fé” (1989) e “vocação eclesial do teólogo” (1990) .	500
3. Conclusão	504
CONCLUSÃO GERAL	507
BIBLIOGRAFIA GERAL	511
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	513
ÍNDICE DE AUTORES	517